

À procura da Brasília perdida

» ISAAC ROITMAN

Professor emérito da Universidade de Brasília, membro da Academia Brasileira de Ciências e membro do Movimento 2022-2030 O Brasil e o Mundo que queremos

O título do artigo é o do mais recente livro do filósofo e sociólogo Eugênio Giovanardi, gaúcho, que reside em Brasília desde 1972. Nessa obra, *À procura da Brasília perdida. Cidades e ecossistemas* (editora Kelps), com simplicidade e sensibilidade, o autor chama a atenção que no espaço urbano amplia-se a expectativa da preservação e interação social de todos os seres vivos da natureza, humanos e não humanos, num ambiente propício de paz.

Algumas reflexões importantes são colocadas. Uma delas é se a realidade arquitetural de Brasília ficará estacionada no tempo. Talvez, não seja a mesma Brasília que saiu da prancheta de Lucio Costa. E, a da prancheta, pode não ser a que o espaço modificado recebeu. Qual das Brasília se perdeu? É pertinente lembrar as palavras do genial arquiteto Oscar Niemeyer: “Se Brasília não tiver controle, seu caminho será o das grandes metrópoles e o homem esmagado e desmerecido”, que é sempre ressaltado pelo notável geógrafo Aldo Paviani.

A cidade e a convivência humana não subsistem sem comprometer-se com o conjunto de vidas que respiram ao seu redor. Os elementos físicos estruturais que compõem um ecossistema são: água e aquíferos, arborização nativa do bioma cercadas de vidas visíveis e invisíveis, vegetação programada e selecionada, dejetos naturais, lixo sob a forma sólida, líquida e gasosa originada de seus habitantes. Esses elementos estão umbilicalmente ligados

aos novos habitantes humanos do espaço geográfico. Eles definem, com seu comportamento e uso do solo, o estilo da expressão visual urbana. A natureza, o ecossistema, dentro do qual necessariamente sobrevivemos, foge com frequência do radar do cidadão, do administrador, do urbanista e da indústria da construção. As cidades e, em especial, Brasília, reclamam ações preventivas específicas para adaptar-se às mudanças climáticas em curso.

No capítulo *Diálogos dos ecossistemas*, Giovanardi, aponta as longas distâncias percorridas pelos cidadãos, para o seu trabalho, prédios públicos da administração, bancos, restaurantes, clubes e centros de arte e diversão. A contaminação permanente do ar e das águas é um exemplo da separação entre o cidadão e o ecossistema. Os habitantes e os administradores urbanos, ao longo de 60 anos, ao que parece, ainda não tomaram consciência de suas funções cidadãs e de sua interação com o meio físico e a pluralidade de seus moradores. Ao ver milhões de vidas vegetais e milhares de olhos d'água serem sepultados sob o casco dominador de avenidas, viadutos e edifícios arrogantes é de se lamentar o alto grau de indiferença humana com a sua casa natural. É urgente criar um modelo de administração capaz de conciliar o (eco) sistema urbano, o (eco) sistema social e cultural e o ecossistema natural.

A desigualdade social, cultural e ecológica resulta da concepção, da organização do ser humano e da realidade urbana. Consolida-se na maioria das

cidades e, de maneira clara no território brasiliense. A desigualdade se manifesta nos meios de transportes, no setor habitacional, nos salários, na atenção médica ou jurídica, na educação, na distribuição e acesso à água potável e à rede de esgotos, no acesso à cultura e espaços públicos, entre outros. A desigualdade estrutural, assim como a discriminação social e cultural devem ser enfrentadas com atitudes e ações políticas de toda a sociedade.

Obrigado, Eugênio Giovanardi, por abrir os nossos olhos para enxergar os desafios e sugerir as soluções para que Brasília seja um espaço feliz de futuras gerações. Seu livro é um presente de comemoração dos 62 anos de nossa cidade, e também o centenário de Darcy Ribeiro e os 60 da nossa querida Universidade de Brasília. O último capítulo do livro é uma suposta carta das netas Luiza e Laura ao autor, escrita no centenário de Brasília em 21 de abril de 2060 onde descrevem a cidade — parque sonhada por seus fundadores. Temos todos um compromisso com os fundadores da capital que deve ser uma cidade laboratório para espalhar por todo o Brasil iniciativas virtuosas. É pertinente lembrar o pensamento de Juscelino Kubitschek feito em 1956: “Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino”.

Um pré-sal caipira

» ARNALDO JARDIM

Deputado federal por São Paulo e coordenador da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Sucrenergético

Nos caminhos da transição para uma economia de baixo carbono, o biometano pode contribuir para alcançarmos a segurança energética necessária para um crescimento sustentável.

Em 21 de março, o governo federal lançou o Programa Metano Zero para estimular a produção do biometano — gás produzido a partir da biodigestão de resíduos orgânicos, ou simplesmente biomassa. Seu aproveitamento gera energia limpa e renovável, haja vista que o CO2 emitido no processo de produção é reabsorvido pelas plantas, à medida que crescem.

Os equipamentos para sua implantação foram incluídos no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), suspendendo, assim, a incidência do PIS/Cofins em suas aquisições, o que reduz em 9% o custo do investimento.

Como presidente da Frente Parlamentar pela Valorização do Setor Sucrenergético, parabeno os Ministérios de Minas e Energia e o do Meio Ambiente pela iniciativa, que pode aumentar significativamente as fontes de recursos para ampliar sua produção. A partir de agora, o biometano terá o mesmo tratamento dado ao gás natural, que, diferentemente, é de origem fóssil.

As medidas apresentadas estão muito alinhadas ao Projeto de Lei (PL) nº 3865/2021, de minha autoria, que cria o Programa de Incentivo ao Aproveitamento de Biogás e de Biometano e de Coprodutos Associados. Nos moldes do proposto agora pelo governo, o PL propõe o enquadramento do Biometano no Reidi, cujos benefícios serão fundamentais para o setor. Mais uma vez, parabéns à iniciativa governamental.

Porém, precisamos ir além, pois estamos falando de explorar um potencial que pode suprir cerca de 30% da demanda de energia elétrica do país, ou substituir até 70% de todo o nosso consumo de óleo diesel — hoje, a geração de eletricidade a partir do biometano representa menos de 0,1% da matriz energética brasileira.

Dessa forma, buscando estimular a comercialização de energia elétrica a partir do biometano, o PL propõe, ainda, a criação de um desconto para o uso da rede de transmissão e de distribuição, por um tempo limitado, à semelhança do estímulo aprovado em lei para as pequenas centrais hidrelétricas. Estabelece também uma contratação de oferta adicional de geração de energia elétrica proveniente de usinas termelétricas, a partir de biomassa, para ajudar o país sempre que houver adversidades no suprimento de energia, sobretudo em crises hídricas.

Além disso, prevê a destinação de 5%, no mínimo, dos recursos destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), para investimentos em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação associados a projetos relacionados ao aproveitamento do biometano e coprodutos associados.

Há um movimento nacional em marcha para a maior inserção do biometano na matriz energética brasileira, ao qual o governo federal aderiu com o lançamento do programa. O aproveitamento dessa fonte é fundamental para o Brasil, pois a geração tem características necessárias ao nosso sistema elétrico, como a despachabilidade, que gera quando o sistema mais precisa, e a descentralização, que dispensa longas redes de distribuição, pois está próximo ao centro consumidor.

Mais: ajudará o país a cumprir os compromissos assumidos na última conferência do Clima (COP26), realizada em Glasgow, quando se tornou signatário do “Compromisso Global de Metano”, que busca reduzir em 30% a emissão do gás até 2030.

A pujança do setor agropecuário transformou o Brasil em um dos mais promissores na produção de biometano. Se conseguirmos ampliar os incentivos ao setor, poderemos transformar esse potencial em realidade. O Brasil avança rumo à economia verde.



A agricultura no mercado global de carbono

» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES

Pesquisador da Embrapa Agroenergia

Uma das possíveis soluções para a crise climática é colocar um preço no carbono como forma de reduzir as emissões que teimam em aumentar em todo o globo. Cada vez mais, governos e líderes empresariais estão defendendo a estruturação de um mercado global que recompense aqueles que contribuem para que gases de efeito estufa não sejam lançados na atmosfera. Tal feito depende de mais práticas e tecnologias de baixa emissão, além de processos regulados por políticas públicas e operados por atores diversos, interessados de forma voluntária a compensar emissões.

Após seis anos de difíceis negociações, a Conferência do Clima, realizada em Glasgow, na Escócia, em novembro de 2021 (COP26), foi palco de decisões que podem finalmente viabilizar regras do Acordo de Paris, de 2015, para a configuração de mercados capazes de transformar reduções nas emissões de gases de efeito estufa em ativos confiáveis e comercializáveis. Embora mercados de carbono já existam há décadas, seus formatos são fragmentados, pouco robustos e carentes de transparência, defeitos que se buscará remover a partir de agora.

O que se espera nos próximos anos é o surgimento de um sistema confiável de comércio por meio do qual países, empresas, indivíduos ou outras entidades possam comprar ou vender ativos baseados em reduções efetivas de emissões de gases de efeito estufa. A existência desse mercado facilitaria, por exemplo, a compensação das emissões em um

local, reduzindo ou removendo as emissões em outros. Assim, países ou empresas que precisem de mais tempo para reduzir suas emissões, podem fazê-lo por intermédio da compra de créditos.

Como o CO2 é o mesmo gás em qualquer lugar e a crise climática é um desafio para todo o planeta, o importante é que se avance na redução do cômputo global de emissões. Acredita-se que à medida em que regras de contabilidade e transparência para as reduções de emissões transferidas entre os países sejam fortalecidas, tais ativos poderão dar origem a um pujante mercado, que se estima poder chegar a US\$ 180 bilhões/ano já em 2030.

Com os efeitos destrutivos das mudanças climáticas se intensificando, agricultura e florestas terão parte essencial a cumprir na conformação desse mercado, considerando que é no solo que estão as maiores reservas de carbono em todo o planeta, e sob as condições ecológicas corretas são as plantas que viabilizam potentes sumidouros terrestres para o CO2. Assim, as mudanças no uso da terra podem ser a única opção para sequestrar carbono atmosférico em escala e prazos necessários para conter a crise climática, o que poderá levar a mudanças sem precedentes no uso da terra, inclusive com risco de intensificar conflitos entre o meio ambiente e a produção de alimentos.

Além do mais, métricas cientificamente validadas associadas a gestão e monitoramento sofisticados serão necessários para garantir a permanência dos estoques armazenados. Afinal, o carbono armazenado nas florestas ou no solo agrícola, a

partir de práticas conservacionistas pode, em determinadas circunstâncias, ser liberado para a atmosfera. Ação humana, catástrofes naturais ou a intensificação do aquecimento global podem afetar a estabilidade desses sumidouros de carbono, o que exige gestão cuidadosa que não comprometa sua efetividade e credibilidade.

Levando em conta tais cenários, um grande desafio para o futuro será evitar que um mercado global de tal complexidade seja conformado prioritariamente de acordo com as regras correntes do mercado financeiro. Como as que priorizam maximização de lucros, pedem regulação e controles mínimos e, pior, medidas de produtividade baseadas em maiores retornos sobre o investimento, em lugar do objetivo maior e mais nobre — de diminuir o CO2 na atmosfera visando o bem-estar da sociedade e a construção de meios de subsistência resilientes.

É preciso que todos estejam atentos ao risco de que tais mercados priorizem apenas grandes empreendimentos, para reduzir custos de transação, promovendo concentração da terra e benefícios para segmentos economicamente favorecidos. No caso brasileiro, é fundamental que os mercados de carbono possam priorizar, além dos grandes empreendimentos agrícolas e do setor florestal, quase sempre os mais lembrados, também operações menores e mais diversificadas, em especial os pequenos e médios produtores que, geralmente, são os que menos impactam as mudanças de clima e os que mais sofrem suas consequências.